

ESTUDO COMPARATIVO NA ABORDAGEM DA HIGIENE DO CORPO EM PORTUGAL (2009/10 - 2010/11): UMA PRIMEIRA ANÁLISE DE MANUAIS ESCOLARES DE ESTUDO DO MEIO

Marta Bigas, Braga, Portugal, mbigas@iol.pt
Fernando Guimarães, Universidade do Minho – Instituto de Educação, Braga, Portugal, fernandoguimaraes@ie.uminho.pt

São objectivos do estudo verificar e reflectir sobre a forma como os manuais do 1.º ano de Estudo do Meio, antes e depois da certificação, desenvolvem conteúdos de Higiene do Corpo. A metodologia assenta na análise de conteúdo, pelo estabelecimento de categorias e análise de *clusters*, pela elaboração de dendogramas, para confrontar os manuais quanto à forma como abordam a temática. Ressaltamos a existência de categorias de análise comuns à maioria dos manuais que constituem a nossa amostra.

Palavras-chave: Higiene do corpo; Manuais escolares; 1.º Ciclo.

1. Introdução e Objectivos

1.1. Considerações iniciais

A Organização Mundial de Saúde (OMS) definiu a saúde como “Um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença ou enfermidade” (OMS, 1946). A saúde, de cada um de nós é influenciada pelos factores sociais e ambientais. Esta visão dinâmica da saúde é fundamental na educação para a saúde, cujo objectivo é a promoção da saúde. Nos países desenvolvidos a perda de saúde e as mortes prematuras estão intimamente ligadas ao estilo de vida, ou seja, à adopção por parte de indivíduos, grupos e comunidades de comportamentos menos saudáveis.

A nível internacional, Lalonde (1974, referido em Carvalho & Carvalho, 2006), analisou a questão dos determinantes de saúde, estudando as principais causas de morte prematura dos canadianos e construiu um modelo, segundo o qual o nível de saúde de uma comunidade é determinado pela interacção de quatro variáveis: i) a biologia humana (genética, envelhecimento); ii) o meio ambiente (contaminação física, química, biológica e sócio-cultural); iii) o estilo de vida (comportamentos ligados à saúde, nos quais se integra a higiene); e, iv) o sistema de saúde (cobertura e acessibilidade) (Carvalho & Carvalho, 2006).

O modelo social de saúde não escusa a aplicação e a importância da medicina, contudo considera que o modelo médico não é mais do que uma parte de um todo que perturba a saúde. Este modelo aponta que a melhoria da saúde depende de factores socio-económicos, de habitação, de nutrição e de higiene pessoal e social (Carvalho, 2002). A mesma autora defende que, nas dimensões de saúde individual podem-se distinguir as dimensões de saúde societal, que completam a influência do meio próximo na saúde individual, como por exemplo as condições de higiene (Carvalho, 2002).

A temática da higiene e nomeadamente da higiene do corpo têm um lugar de destaque no que diz respeito à promoção da saúde, uma vez que a higiene do corpo (ou a falta dela) determinam as condições de saúde do indivíduo. Ora, tendo a Escola o papel de desenvolver conteúdos e competências que permitam ao indivíduo melhorar a qualidade de vida através da adopção de comportamentos saudáveis que proporcionam a saúde, esta temática, de acordo com o Ministério da Educação (ME), não podia deixar de estar contemplada na Organização Curricular e Programas do 1.º Ciclo do Ensino Básico. No que concerne, ao 1.º ano esta temática surge no Bloco 1 – *À Descoberta de Si Mesmo* – na área curricular disciplinar de Estudo do Meio, do referido documento. No ponto 4 deste bloco – *A saúde do seu corpo* – refere “Reconhecer e aplicar normas de higiene do corpo (lavar as mãos, lavar os dentes,...” (ME, 2004, p. 112).

Como referiram Pontanel e Giudicelli (1993, p. 19) “Pode parecer desadequado à nossa época descrever as regras de higiene do corpo, porém a prática médica quotidiana prova que, apesar das aparências, os princípios mais elementares, mesmo em países desenvolvidos, são frequentemente ignorados ou negligenciados.”. É essencial que a criança desenvolva a consciência da importância dos bons hábitos de higiene. É na infância que as informações são melhores assimiladas e acomodadas, certamente pela abertura e desprendimento das crianças em se defrontar com o novo e aceitar desafios sem receio algum. Por isso, é relevante que desde cedo as crianças comecem a aprendizagem do que é a higiene do corpo e a sua importância.

Educar para a higiene do corpo visa a adopção de uma prática participativa de modo que as orientações para os alunos sejam coerentes com a linguagem do próprio corpo e da sua realidade, facilitando ao aluno a apropriação do conhecimento científico a respeito de si mesmo e a importância de colocar em prática certos hábitos que contribuirão decisivamente no cuidado com o seu corpo e na promoção da sua saúde. Quando o aluno percebe que estes hábitos o ajudam a viver melhor, sem dúvida alguma ele estará motivado a colocá-las em prática.

O organismo humano sofre a acção de agentes poluidores. A luta contra estas poluições faz parte da higiene do corpo. A limpeza corporal compreende as medidas que asseguram a limpeza do corpo. Estas têm a finalidade de desembaraçar o revestimento cutâneo das excreções, secreções e escamas, quer estes sejam de origem interna, quer sejam de origem externa, por meio de ablações com água e sabão.

Para uma boa higiene corporal são igualmente necessários cuidados específicos com os orifícios cutâneo-mucosos (boca, dentes, nariz, órgão genito-urinários e ânus), faneras (cabelo, barba e unhas) e órgãos dos sentidos (olhos, orelhas) (Ferreira, 1990). Os exercícios físicos fulcrais para manter a saúde do corpo, são igualmente referidos por alguns autores como parte integrante da higiene do corpo. Ferreira (1990, p. 166) defende que “os exercícios físicos e as práticas desportivas, como parte da higiene corporal...”. O mesmo autor defende, também, que o uso de vestuário e calçado adequados, de forma a proteger o corpo do frio, do calor ou da chuva, constitui igualmente uma das medidas de higiene do corpo.

Pontanel e Giudicelli (1993), defendem que a higiene corporal é o conjunto dos cuidados que devemos ter com o nosso corpo e com a nossa mente. Neste sentido, estes autores defendem que o sono é a forma que o organismo tem de descansar e assegura o repouso do cérebro pelo que faz parte integrante dos cuidados de higiene do corpo.

Para que haja mudança de comportamento nos indivíduos é necessário que haja aprendizagem. A aprendizagem formal é realizada na Escola. Aqui, o manual escolar é um recurso de extrema importância, uma vez que constitui o principal recurso didáctico-pedagógico, do processo de ensino e de aprendizagem, por parte de uma grande parte dos docentes (Guimarães, 2009).

No artigo 3.º do capítulo I da nova lei dos manuais escolares n.º 47/2006, de 28 de Agosto o manual escolar é definido como um recurso didáctico-pedagógico relevante, ainda que não exclusivo, do processo de ensino e aprendizagem. Concebido por ano ou ciclo, de apoio ao trabalho autónomo do aluno, visa contribuir para o desenvolvimento das competências e das aprendizagens definidas no currículo nacional para o ensino básico e para o ensino secundário, apresentando informação correspondente aos conteúdos nucleares dos programas em vigor, bem como propostas de actividades didácticas e de avaliação das aprendizagens, podendo incluir orientações de trabalho para o professor¹.

O manual escolar tem uma importância fundamental na configuração dos conteúdos que os alunos aprendem e na forma como o professor os veicula e conseqüentemente, como o

¹ Cf. Lei n.º 47/2006 de 28 de Agosto que define o regime de avaliação, certificação e adopção dos manuais escolares do ensino básico e do ensino secundário.

aluno os aprende. Nesta perspectiva, eles permitem que o aluno aceda ao conhecimento da ideologia pedagógica subjacente, do modo como é entendido o processo de ensino e de aprendizagem que tem lugar na sala de aula (Guimarães, 2010). O mesmo autor defende que o manual escolar representa ou reproduz uma abordagem de uma determinada temática e essa abordagem condiciona o que o aluno aprende.

O manual escolar deve transformar o discurso científico num discurso didáctico, de forma que esse discurso estimule a curiosidade, o espírito de descoberta, o sentido crítico da criança. Por isso um manual escolar deve dar enfoque à linguagem científico-didáctica mas, também, ao modelo pedagógico que o manual veicula (Castro *et al.*, 1999).

Dada a relevância do manual escolar no processo ensino e de aprendizagem torna-se necessário garantir a sua qualidade quer ao nível científico, quer ao didáctico e pedagógico. Neste sentido foi criado um regime de avaliação e certificação de manuais, a realizar por comissões de peritos ou por entidades especialmente acreditadas para o efeito, conforme disposto na Lei n.º 47/2006 de 28 de Agosto. Esta lei prevê a avaliação e a certificação dos manuais escolares o que implica a adopção de uma metodologia que permita operacionalizar e executar o conjunto de procedimentos do processo de avaliação e certificação de manuais escolares. Assim, assegura-se que os manuais escolares se encontram em conformidade com os objectivos e conteúdos do currículo nacional e dos programas ou orientações curriculares. Visa, ainda, assegurar que os mesmos constituem um instrumento adequado de apoio ao ensino e à aprendizagem e à promoção do sucesso educativo. Esta avaliação tem por objectivo uma análise que culmina na sua identificação como “*manuais adoptáveis*” ou, pelo contrário, no seu indeferimento. Este indeferimento determina a impossibilidade de serem adoptados por qualquer instância ligada ao ensino.

De acordo com o calendário de adopções previsto o processo de avaliação, prévia à sua adopção, dos manuais escolares teve início em 2009 para diferentes áreas curriculares disciplinares e para diferentes anos de escolaridade. No que diz respeito ao Estudo do Meio, foram alvo deste processo, apenas os manuais de 1.º ano de escolaridade, que serão objecto de estudo na dissertação que nos propomos realizar.

1.2. Os objectivos

Como tal pretendemos conhecer o conceito de higiene do corpo; compreender as alterações introduzidas pela Lei n.º 47/2006 de 28 de Agosto, que regula o regime de avaliação e certificação de manuais escolares; analisar a possível evolução de conhecimentos, valores e atitudes, após regime de avaliação e certificação, conforme o disposto na Lei n.º

47/2006 de 28 de Agosto, no que concerne à higiene corporal; verificar como os manuais escolares, do 1.º ano de Estudo do Meio, antes e depois do regime de avaliação e certificação, conforme o disposto na Lei n.º 47/2006 de 28 de Agosto, desenvolvem a temática da higiene do corpo; e, reflectir sobre a forma como os manuais escolares, do 1.º ano de Estudo do Meio, abordam as questões de higiene corporal.

2. Metodologia

2.1. Justificação da escolha

Os manuais escolares, tendo um papel tão marcante na nossa profissão, não poderiam deixar de estar presentes na investigação, uma vez que nos preocupa a análise e reflexão deste poderoso recurso didáctico. O nosso interesse está relacionado com a convicção de que o recurso aos manuais, como principal fonte de informação, influencia as práticas dos professores e as concepções e conhecimentos que os alunos possuem sobre as diferentes temáticas e, nomeadamente sobre a temática da higiene corporal. Uma vez que a avaliação e certificação dos manuais é uma realidade, tínhamos de enveredar por este tema pois desejamos compreender este processo e quais as efectivas modificações nos manuais com esta alteração. Assim sendo, a escolha recaiu sobre a área de Estudo do Meio, já que, dada a calendarização desta reforma, são os únicos manuais do 1.º Ciclo, até à data, alvo deste processo. O tema escolhido foi a higiene do corpo, já que na nossa experiência profissional nos diferentes contextos em que trabalhámos deparámos com diferentes hábitos e conceitos relativamente a esta temática e temos questionado e reflectido acerca dessa diversidade de concepções relativamente a este tema.

2.2. Apresentação do estudo

A investigação que nos propomos realizar, entendida como uma tentativa de leitura da realidade que queremos conhecer, mediante o recurso a meios adequados pretende a análise da higiene do corpo nos manuais escolares de Estudo do Meio, do 1.º ano do 1.º Ciclo do Ensino Básico, antes e após o regime de avaliação e certificação de manuais escolares, conforme o disposto na Lei n.º 47/2006 de 28 de Agosto. Neste sentido, propomo-nos analisar os manuais de Estudo do Meio do 1.º ano do 1.º Ciclo do Ensino Básico no que concerne à higiene do corpo. Para isso estudaremos os manuais escolares em vigor, antes do regime de avaliação e certificação e os manuais adoptados após o mesmo regime, comparando as diferenças e semelhanças na abordagem da temática em análise. Deste modo, os manuais de

Estudo do Meio estudados serão todos os que estavam em circulação no ano lectivo de 2009/2010, para o 1.º ano, e todos os que foram certificados e estão à disposição no ano lectivo de 2010/2011, para o mesmo nível de ensino.

Pretendemos, assim, apresentar, clarificar e justificar as opções metodológicas que permitiram realizar este estudo. O ponto de partida da escolha de uma perspectiva metodológica residiu no próprio carácter do estudo, na natureza do objecto investigado e na especificidade do tema abordado. Esta investigação, enquadra-se numa abordagem interpretativa, entendida como um processo através do qual procuramos interpretar e analisar de uma forma crítica a realidade do objecto em estudo, enquadrando-se em abordagens balizadas por análises interpretativas do objecto de estudo, ou seja, os manuais escolares. Dado que vários estudos documentam o papel significativo que os manuais escolares tem na vida dos professores e dos alunos (Castro, 1999; Martínez Losada, Vega e Garcia Barros, 1999; Sá, Varela, Carvalho e Guimarães, 1999) e, considerando que um dos factores que condicionam o uso do manual reside nos conteúdos oferecidos e na forma como estes são desenvolvidos nos manuais, parece-nos importante que estes sejam o objecto do nosso estudo. Desta forma, gostaríamos de equacionar as seguintes questões: Que conceito de higiene do corpo está presente nos manuais do 1.º ano de Estudo do Meio? Que alterações foram introduzidas pela Lei n.º 47/2006 de 28 de Agosto? De que forma se evidenciam essas alterações, nos manuais, nomeadamente na temática da higiene corporal?

Numa abordagem inicial, pareceu-nos que a análise de todos os manuais seria possível pois, apesar de ser um número elevado (36 manuais) a dimensão da parte a estudar em cada um deles não seria impeditiva de os incluir a todos no nosso estudo. Entendemos, também que a opção pelo estudo de todos os manuais enriqueceria o nosso trabalho e o tornaria mais intensivo, significativo e representativo.

2.3. Fundamentação metodológica

Em relação à metodologia, começamos por referir a importância das opções relativamente aos instrumentos utilizados na recolha de dados, tendo como objectivo o relacionamento e a integração dos resultados obtidos. Desta forma, de acordo com Lima (1981) a metodologia baseia-se no confronto crítico das investigações efectuadas em relação a certos objectos de conhecimento. O mesmo autor refere que os métodos são definidos e entendidos enquanto um conjunto de técnicas coerentes e integradas às quais se recorre na recolha de dados. Os métodos são experimentados e comprovados através de diversas pesquisas, que se traduzem em conhecimentos estruturadores de quadros conceptuais. Para

cada estudo concreto, cabe ao investigador definir o método a utilizar que melhor se adequa ao objecto de estudo, seleccionar as técnicas adequadas, controlar a sua utilização e integrar os resultados obtidos (Lima, 1981). O nosso estudo contempla uma análise de um conteúdo do programa do 1.º Ciclo do Ensino Básico, visando a observação de manuais escolares de Estudo do Meio adoptados pelas escolas nos anos lectivos de 2009/2020 e 2010/2011.

Pretendemos, assim, elaborar uma análise do conteúdo higiene do corpo nos manuais acima referidos com a finalidade de compreender as semelhanças e diferenças entre a abordagem a este conteúdo antes e depois da avaliação e certificação de manuais. É nossa intenção construir e validar uma metodologia definida por Almeida e Pinto (1990, p. 19) como “a arte de aprender a descobrir e analisar os pressupostos e processos lógicos implícitos da investigação, de forma a pô-los em evidência e a sistematizá-los”, que contribua para gerar uma leitura fundamentada da realidade, na base de dados recolhidos e cuja interpretação possa ser realizada a partir de pressupostos teóricos conciliados com o carácter dos dados empíricos. O nosso estudo consiste num exame detalhado de um tema, de um acontecimento, que pode ser visível por um funil: o ponto de partida do estudo é a realidade e a sua complexidade.

Na nossa investigação privilegiamos a realização de uma investigação documental, por se ter considerado que, com este instrumento de recolha de informação, se conseguia captar as representações do objecto de estudo. Esta estratégia, embora desgastante, quer através dos dias passados em bibliotecas, a contactar editoras e escolas que nos concedessem os manuais, instituições que nos facultassem as listagens de manuais, quer na organização, tratamento e interpretação de dados e informações, permitiu dedicar uma atenção contínua ao plano da construção do conceito em estudo, integrar novas perspectivas e novos dados que entretanto chegavam ao nosso conhecimento. A análise documental, é adequado para recolher dados impressos se bem que não deixem de revelar informações selectivas, portanto, tendenciosas, uma vez que os documentos contêm apenas o que foi decidido registar, omitindo aspectos inconvenientes. Apesar disso, e na qualidade de materiais impressos, os documentos podem ser utilizados como fonte de informação relevante e credível nos estudos da criança (Guimarães, 2010).

O nosso estudo centra-se numa abordagem metodológica assente na análise de conteúdo, pelo estabelecimento, de categorias, posteriormente (Bogdan & Biklen, 1994), e na análise de *clusters*, pela elaboração de dendogramas, no sentido da confrontação do objecto principal da estudo, os manuais escolares, quanto aos conteúdos, às orientações curriculares, pedagógicas e didácticas que representam, as recomendações curriculares e didácticas, assim como os valores educativos e científicos que sugerem. A análise de *clusters* consiste num

método que permite realizar o agrupamento de elementos semelhantes a partir de determinadas características. A análise de *clusters* permite a análise de dados, no sentido da resolução de problemas de classificação que procura identificar esses grupos semelhantes.

3. Limitações e implicações

No desenvolvimento do estudo a que nos propomos, pretendemos contribuir para a obtenção dos seguintes resultados: i) contribuir para o conhecimento do conceito de higiene do corpo; ii) dar a conhecer as alterações introduzidas pela Lei n.º 47/2006 de 28 de Agosto, que regula o regime de avaliação e certificação de manuais escolares e as suas implicações práticas; iii) contribuir para a compreensão de como os manuais escolares, do 1.º ano de Estudo do Meio, antes e depois do regime de avaliação e certificação, conforme o disposto na Lei n.º 47/2006 de 28 de Agosto, desenvolvem a temática da higiene do corpo; iv) colaborar no sentido da reflexão sobre a forma como os manuais escolares, do 1.º ano de Estudo do Meio, abordam as questões de higiene corporal; v) dar uma contribuição para a análise da possível evolução de conhecimentos, valores e atitudes, após regime de avaliação e certificação, conforme o disposto na Lei n.º 47/2006 de 28 de Agosto, no que concerne à higiene corporal.

Uma das limitações do nosso estudo prende-se com o facto de a nossa análise se confinar a verificar como os manuais escolares, do 1.º ano de Estudo do Meio, antes e depois do regime de avaliação e certificação, conforme o disposto na Lei n.º 47/2006 de 28 de Agosto, desenvolvem a temática da higiene do corpo. Contudo, de acordo com a Lei citada, este é o único ano de escolaridade, até à data, que foi alvo da avaliação e certificação. De futuro, será possível realizar um estudo mais abrangente, envolvendo todos os anos de escolaridade do 1.º Ciclo do Ensino Básico, que dará uma visão mais completa da forma como esta questão da higiene do corpo é retratada nos manuais.

4. Referências bibliográficas

4.1. Livros e artigos citados

- Almeida, J. F. & Pinto, J. M. (1990). *A Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Presença.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora.
- Carvalho, G. S. (2002). Literacia para a saúde: Um contributo para a redução das desigualdades em saúde. In M. Leandro, M. Araújo & M. Costa (Orgs.), *Saúde: As teias da discriminação social. Actas do Colóquio Internacional – Saúde e*

- Discriminação Social*, pp. 119-135. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- Carvalho, A. & Carvalho, G. S. (2006). *Educação para a saúde: conceitos, práticas e necessidade de formação*. Lisboa: Lusociência.
- Castro, R. V. (1999). Já agora, não se pode exterminá-los? Sobre a representação dos professores em manuais escolares de Português. In R. V. Castro, A. Rodrigues, J. L. Silva & M. L. D. Sousa (Orgs.), *Manuais escolares – estatuto, funções, história. I encontro internacional sobre manuais escolares*, pp. 189-196. Universidade do Minho/Instituto de Educação e Psicologia.
- Castro, R. V. Rodrigues, A. Silva, J. L. & Sousa, M. L. D. (Orgs.) (1999), *Manuais escolares – estatuto, funções, história. I encontro internacional sobre manuais escolares*. Braga: Universidade do Minho/Instituto de Educação e Psicologia.
- Ferreira, F. (1990). *Moderna saúde pública*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Guimarães, F. (2010). *O Ensino de Botânica em Portugal: Análise de Manuais escolares do 1.º Ciclo do Ensino Básico (1900-2000)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Guimarães, F. (2009). Contributos dos manuais escolares de ciências para a formação de professores no ensino de Botânica. *Revista a página da educação*, Inverno, 87.
- Lima, M. P. (1981). *O Inquérito Sociológico. Problemas de Metodologia*. Lisboa: Presença.
- ME (2004). *Organização Curricular e Programas Ensino Básico – 1.º Ciclo*. 4.ª Ed. Mem Martins: DEB.
- Martinez Losada, C., Vega, P. & Garcia Barros, S. (1999). Qué procedimientos utiliza el profesorado de Educación Primaria cuando enseña y cuáles tienen mayor presencia en los textos de este nivel. In R. V. Castro, A. Rodrigues, J. L. Silva & M. L. D. Sousa (Orgs.), *Manuais escolares – estatuto, funções, história. I encontro internacional sobre manuais escolares*, pp. 325-336. Universidade do Minho/Instituto de Educação e Psicologia.
- OMS (1946). *Constituição da OMS*. Genebra: Organização Mundial da Saúde.
- Pontanel, H. & Giudicelli, C. (1993). *Protecção da Saúde: Higiene e meio ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Sá, J., Varela, P., Carvalho, G. & Guimarães, F. (1999). Manual do professor para o ensino experimental no 1.º Ciclo – um projecto de investigação-acção centrado na escola. In R. V. Castro, A. Rodrigues, J. L. Silva & M. L. D. Sousa (Orgs.), *Manuais escolares – estatuto, funções, história. I encontro internacional sobre manuais escolares*, pp. 441-458. Universidade do Minho/Instituto de Educação e Psicologia.

4.2. Legislação consultada

- Lei n.º 47/2006 de 28 de Agosto que define o regime de avaliação, certificação e adopção dos manuais escolares do ensino básico e do ensino secundário.